3.º Pela inscrição de actos sujeitos a registo, cujo valor conste do respectivo título:

a) Até 100.000\$ — 1,5 por mil.

b) De mais de 100.000\$ até 500.000\$ acrescem ao emolumento anterior 1,5 por cinco mil no que exceder 100.000\$.

c) De mais de 500.000\$ acresce ao emolumento anterior 1 por dez mil no que exceder 500.000\$, não podendo porém o emolumento devido ser superior a 100.000\$.

d) Quando o valor deva constar e não conste do respectivo título, poderá o conservador ter como suprida a falta com a indicação que daquele valor se faça em declaração complementar, valendo esta como se do título constasse.

4.º Pelo registo de contratos antenupciais, quando o valor dos bens não seja determinado

6.º Pela nota indicativa do acto registado e do livro e folhas em que se fez o registo...
7.º Pela certidão de apresentação dos títulos

a registo quando pedida pelo apresentante . . 8.º Pelo cancelamento de cada acto de registo — metado do amelumento designado para

gisto — metade do emolumento designado para a respectiva inscrição.

11.º Pelo termo de rectificação, não sendo esta proveniente de êrro ou iniciativa do conservador, além do respectivo averbamento . .

13.º Por cada certidão narrativa, excluindo a da apresentação dos titulos a registo, além da rasa.....

14.º Por cada certidão de teor, além da rasa de 1\$ por lauda de vinte e cinco linhas com trinta letras em cada linha......

15.º Buscas nos livros antigos passado um ano da data do registo, de um a três anos . . . De mais de três, até dez anos De cada ano além dos dez acrescem ao amolumento anterior

Não aparecendo ,o, objecto buscado — metade dêstes emolumentos.

16.º Pelo depósito a que se refere o § único do artigo 194.º do Código Comercial

§ 1.º À nota ou averbamento lançado nos livros das sociedades comerciais, a que se refere o § 1.º do artigo 77.º do Código das Custas Judiciais, aprovado pelo decreto-lei n.º 30:688, de 26 de Agosto de 1940, é aplicável o emolumento do n.º 9.º dêste artigo.

§ 2.º Ao registo da falência é aplicável o emolumento do n.º 5.º dêste artigo, e ao registo da concordata o do n.º 3.º, sendo também devido o dos n.ºs 8.º e 9.º quando

haja cancelamento ou outro averbamento. Estes emolumentos, assim como o da nota indicativa a que se refere o n.º 6.º, que o conservador deverá mandar ex officio para o processo de falência ou de concordata, serão pagos quando forem pagas as custas dos respectivos processos, devendo o contador incluí-los na respectiva conta.

§ 3.º Os registos de actos respeitantes a sociedades

cooperativas serão feitos gratuitamente.

§ 4.º Constituirá receita do Estado uma percentagem que, na comarca de Lisboa, será de 35 por cento, na do Pôrto, 20 por cento, e nas outras comarcas, 10 por cento, que será deduzida dos emolumentos que nesta tabela serão atribuídos aos conservadores do registo comercial.

§ 5.º Até ao dia 15 de cada mês os conservadores do registo comercial enviarão à secretaria do Conselho Superior Judiciário uma nota indicativa da totalidade dos emolumentos líquidos recebidos no mês anterior.

Ministério da Justiça, 27 de Maio de 1942.— O Ministro da Justiça, Adriano Pais da Silva Vaz Serra.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 32:043

Com fundamento nas disposições do artigo 33.º e sua alínea c) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

7\$50 muigo o seguini

75\$00

15\$00

1\$50

3\$75

7850

7\$50

7\$50

7850

2\$25

1*\$*50

2\$25

*\$*15

3\$75

1550

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 350.000\$, destinado ao pagamento de indemnização a Francisco Sebastião de Caires Fernandes, devendo a mesma importância constituir o n.º 5) do artigo 176.º do capítulo 11.º do orçamento respeitante ao corrente ano económico do mencionado Ministério sob a rubrica: «Para pagamento a Francisco Sebastião Caires Fernandes de indemnização fixada por sentença de 27 de Novembro de 1941 do tribunal judicial da 8.ª vara da comarca de Lisboa».

Art. 2.º É anulada a importância de 350.000\$ na verba de 15:000.000\$ inscrita no n.º 2) do artigo 7.º,

capítulo 1.º, do mesmo orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Govêrno da República, 27 do Maio de 1942. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Decreto n.º 32:044

O regulamento de tarifas da Administração Geral do Pôrto de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 24:831, de 31 de Dezembro de 1934, baseou-se em dados estatísticos de muitos anos, como se afirma no preambulo.

O actual estado de guerra, porém, alterou, em grande parte, aquelos dados, e tudo aconselha que se modifiquem — ainda que com carácter temporário — algumas disposições regulamentares em vigor.

Assim, atendendo ao que expõe o conselho de administração do pôrto de Lisboa;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituïção, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

- Artigo 1.º A taxa de armazenagem a que se refere o \S 1.º do artigo 55.º do regulamento de tarifas passa a ser calculada pela expressão algébrica: 0,1 m (m+4) em que m representa o número completo ou incompleto de mesos de armazenagem.
- Art. 2.º As disposições dos artigos 78.º a 90.º inclusive do regulamento de tarifas aplicáveis às mercadorias em trânsito e em baldeação são temporariamente suspensas.
- § único. As mercadorias em trânsito e em baldeação pagam as taxas gerais aplicáveis às mercadorias importadas, excepto a taxa de pôrto, que lhes está fixada nos artigos 47.º e 48.º do regulamento de tarifas.
- Art. 3.º A redução fixada nos artigos 91.º, 92.º, 94.º e 95.º, a incidir sobre as taxas regulamentares áplicadas a mercadorias nos regimes de importação temporária, de exportação, de reexportação e de reimportação, cessa temporariamente.
- § único. Aquela redução é mantida para as taxas de estacionamento em cais livre, quando aplicadas a mercadorias em regime de exportação.
- Art. 4.º As mercadorias retiradas dos entrepostos em regime de importação, por força dos limites de prazo de armazenagem abaixo fixados, e que venham a ser exportadas, ficam isentas da taxa de porto correspondente a êste regime e da taxa de armazenagem durante trinta dias.
- Art. 5.º É fixado em doze meses o prazo de armazenagem das mercadorias nos entrepostos, quer para as ali existentes à data dêste decreto, quer para as que entrem posteriormente.
- § 1.º É concedido o prazo de sessenta dias para a retirada dos entrepostos das mercadorias que ali tenham mais de dez meses de armazenagem.
- § 2.º Por resolução do conselho de administração, homologada por despacho ministerial, o prazo de armazenagem poderá ser ampliado por períodos de noventa dias ou reduzidos até seis meses quando razões fundamentadas o aconselhem.
- Art. 6.º É elevada para vinte a percentagem a que se refere o artigo 2.º do decreto n.º 24:831, de 31 de Dezembro de 1934.
- Art. 7.º As disposições do artigo 3.º do decreto n.º 24:831 são aplicáveis ao pessoal contratado do pôrto de Lisboa e a percentagem fixada no mesmo artigo poderá ser reduzida, por despacho ministerial, se as circunstâncias o aconselharem.
- Art. 8.º É mantido em vigor o regulamento de tarifas do porto de Lisboa, aprovado pelo decreto n.º 24:831, de 31 de Dezembro de 1934, na parte não alterada por este decreto.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 27 de Maio de 1942.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Duarte Pacheco.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 32:045

Usando da faculdade conferida pela 2.º parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A admissão ao exame de aptidão para a primeira matrícula nas Universidades com destino às Faculdades de Letras, excepto à licenciatura em ciências geográficas, e às Faculdades de Direito depende da habilitação do curso complementar de letras dos liceus; a admissão ao exame de aptidão com destino à licenciatura em ciências geográficas e aos restantes cursos universitários exige o curso complementar de ciências.

§ 1.º Serão ainda admitidos a exame de aptidão:

1.º Para a inscrição em cursos superiores com destino a engenharia civil, mecânica, electrotécnica, de minas e químico-industrial, os candidatos com as habilitações a que se refere o artigo 8.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 20:553, de 28 de Novembro de 1931;

2.º Para a inscrição no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, os candidatos com as habilitações a que se refere a alínea α) do artigo 2.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 20:804, de 18

de Janeiro de 1932;

3.º Para a inscrição no Instituto Superior de Agronomia e na Escola Superior de Medicina Veterinária, os candidatos com as habilitações a que se refere o artigo 23.º do decreto n.º 19:908, de 19 de Junho de 1931.

§ 2.º Os candidatos que em anos anteriores preencheram as condições estabelecidas nos decretos-leis n.º 26:594, de 15 de Maio de 1936, e 31:255, de 6 de Maio de 1941, para serem admitidos a exame de aptidão poderão sê-lo independentemente da prestação de outras provas.

Art. 2.º Nos exames liceais e nos de aptidão os candidatos podem renunciar à prestação de qualquer das duas provas a que lhes é permitido apresentarem-se.

§ único. Equipara-se à renúncia a falta a qualquer das provas, ainda que seja por doença ou por outro motivo independente da vontade do candidato, não havendo, em caso algum, segunda chamada.

Art. 3.º Os exames de aptidão realizam-se de 28 de

Julho a 5 de Agosto.

§ 1.º Aos candidatos residentes nas ilhas adjacentes e no ultramar português é permitido prestar as respectivas provas de 1 a 10 de Outubro.

§ 2.° Os requerimentos serão entregues na secretaria da respectiva Universidade de 18 a 24 de Julho, salvo no caso do § 1.°, em que poderão sê-lo de 15 a 25 de Setembro.

Art. 4.º Os candidatos instruïrão os requerimentos com os documentos seguintes:

a) Certidão de idade;

b) Pública-forma da carta do respectivo curso complementar dos liceus ou documento comprovativo das habilitações indicadas no § 1.º do artigo 1.º

§ 1.° Os candidatos a que se refere o § 2.° do artigo 1.° instruirão os seus requerimentos com os documentos indicados nos decretos-leis n.° 26:594 e 31:255.

- § 2.º A pública-forma das cartas de curso poderá ser substituída por certidão passada pelas secretarias dos liceus.
- § 3.º As secretarias dos liceus poderão utilizar, para a passagem das certidões a que se refere o parágrafo anterior, fôlhas de papel comum com dizeres impressos, nas quais serão coladas as estampilhas fiscais correspondentes à taxa do papel selado.